

# PORTUGAL

## REPÚBLICA PORTUGUESA

Chefe de Estado:	<b>Aníbal António Cavaco Silva</b>
Chefe de Governo:	<b>Pedro Manuel Mamede Passos Coelho</b> (substituiu José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa em junho)
Pena de morte:	<b>abolicionista para todos os crimes</b>
População:	<b>10.7 milhões</b>
Esperança média de vida:	<b>79.5 anos</b>
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	<b>3.7 por 1000</b>
Taxa de literacia nos adultos:	<b>94.9 por cento</b>

**Houve pouca responsabilização pela tortura e outras formas de maus-tratos. Os ciganos foram discriminados no acesso à habitação. A violência doméstica continuou a causar grave preocupação.**

### **Tortura e outras formas de maus-tratos**

Em fevereiro, foi divulgado na internet um vídeo que mostrava guardas prisionais a usar uma arma de atordoamento contra um detido da prisão de Paços de Ferreira, em setembro de 2010, alegadamente para o obrigar a limpar a cela. O homem não parece ter oferecido resistência. Em abril, o Ministro da Justiça emitiu uma diretiva proibindo o uso de armas de atordoamento em circunstâncias semelhantes. O inquérito do Serviço de Auditoria e Inspeção da Direção-Geral dos Serviços Prisionais encontrava-se pendente no final do ano.

Em março, o Tribunal de Recurso de Évora confirmou um veredicto anterior que dava como provado que Leonor Cipriano tinha sido torturada sob custódia policial em 2004, mas que não era possível identificar os responsáveis. Leonor Cipriano ainda não tinha recebido qualquer compensação do Estado. Gonçalo de Sousa Amaral e António Fernandes Nuno Cardoso, oficiais superiores da Polícia Judiciária, tinham sido condenados a 18 e 27 meses de prisão, respetivamente, por alegarem falsamente que Leonor Cipriano tinha caído das escadas. Contudo, ambas as penas foram suspensas dada a ausência de antecedentes penais dos agentes.

Em novembro e dezembro realizaram-se audiências do julgamento de três agentes da polícia acusados de torturar Virgolino Borges sob custódia em março de 2000. Foi pedido a Virgolino Borges para repetir o seu testemunho, porque a gravação tinha alegadamente sido perdida devido a problemas técnicos.

### **Direito à habitação**

Continuou a ser negado aos ciganos o direito a uma habitação adequada. Em novembro, o Comité Europeu dos Direitos Sociais considerou, no âmbito do caso *Centro Europeu dos Direitos dos Ciganos v. Portugal*, que a situação dos ciganos no que diz respeito à habitação em Portugal constituía uma violação do direito à habitação e à não discriminação. O Comité considerou que muitos ciganos viviam em condições de habitação precárias, segregados do resto da população, e que o governo não lhes tinha proporcionado uma habitação adequada.

■O desalojamento de um acampamento no Bairro da Torre, em Loures, nos arredores de Lisboa, estava marcado para 18 de outubro, mas foi suspenso pela Câmara de Loures. No acampamento viviam 86 famílias, incluindo ciganos e migrantes da África Subsaariana. O aviso de desalojamento tinha sido enviado em março, mas não foi oferecido qualquer alojamento alternativo. Foi iniciado um processo de atribuição de casas a algumas famílias, incluindo pessoas com deficiência. A ordem de desalojamento continuava pendente no final do ano.

### **Violência contra mulheres e raparigas**

A violência doméstica continuou a ser uma grave preocupação. Em maio, o governo assinou a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Segundo o Relatório de Monitorização da Violência Doméstica da Direção-Geral da Administração Interna, de agosto, a PSP e a GNR receberam 14 508 queixas de violência doméstica em 2011. Até 11 de novembro, a ONG UMAR tinha registado 23 mortes e 39 tentativas de homicídio como resultado de violência doméstica desde o início do ano.